MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO
 MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019
 nos termos do artigo 29º da Lei n.º35/2014 de 20 de junho

Atribuições/Competências /Atividades	Cargo/Carreira	Cargo/Categoria	Postos de Trabalho					Total de Postos de trabalho Previstos
			RJEPTI				RJEPTD	
			Postos de Trabalho em exercício de Funções na CME	Postos de Trabalho Cativos	Postos de Trabalho Vagos	Total de postos de trabalho ocupados e cativos	Postos de Trabalho Vagos	
Os titulares de cargos de direcção exercem, na sua unidade orgânica, as funções e competências, previstas na Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril com a redacção dada pelas respectivas alterações.	Dirigente	Dirigente Intermédio de 2.º Grau - Chefe de Divisão	4	0	0	4		4
Os titulares dos cargos de direcção intermédia de 3º grau, exercem, na sua unidade orgânica, as funções e competências, previstas no modelo de estrutura organizacional dos serviços municipais, aprovado pela Assembleia Municipal, nomeadamente, funções de direcção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada.	Dirigente	Dirigente Intermédio de 3º Grau - Chefe de Unidade Organica	3	0	0	3		3
Aos técnicos superiores compete nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.	Técnico Superior	Técnico Superior	38	6 a)	7 b)	44	1	52
Aos coordenadores técnicos compete nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, exercer funções de chefia técnica e administrativa numa subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho pessoal que coordena, segundo orientações e directivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	5	0	0	5		5
Aos assistentes técnicos, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.	Assistente Técnico	Assistente Técnico	50	4 c)	2	54		56
Ao encarregado geral operacional, compete nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, funções de chefia do pessoal da carreira de assistente operacional; coordenação geral de todas as tarefas realizadas pelo pessoal afeto aos setores de atividade sob sua supervisão.	Assistente Operacional	Encarregado Geral Operacional	1	0	0	1		1
Aos encarregados operacionais, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu setor de actividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	6	0	0	6		6
Aos assistentes operacionais, de acordo com a sua área de especialidade e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico; Responsabilidade pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à sua manutenção e reparação dos mesmos.	Assistente Operacional	Assistente Operacional	196	1 d)	7	197		204

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO
 MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019
 nos termos do artigo 29º da Lei n.º35/2014 de 20 de junho

Atribuições/Competências /Atividades	Cargo/Carreira	Cargo/Categoria	Postos de Trabalho					Total de Postos de trabalho Previstos
			RJEPTI				RJEPTD	
			Postos de Trabalho em exercício de Funções na CME	Postos de Trabalho Cativos	Postos de Trabalho Vagos	Total de postos de trabalho ocupados e cativos	Postos de Trabalho Vagos	
Aos especialistas de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções de concepção e aplicação em qualquer das seguintes áreas: Gestão e arquitectura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas e engenharia de software,(ver especificações na referida Portaria). Incumbe ainda ao pessoal integrado nesta carreira as seguintes tarefas, nas respectivas áreas de especialidade: - colaborar na definição de políticas, no desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de actividades de consultoria e auditoria especializada; - estudar o impacto dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática: - participar no planeamento e no controlo de projectos informáticos.	Especialista Informática	Especialista Informática-Grau 1-Nível 1	1	0	0	1		1
Aos técnicos de informática, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções as no Dec-Lei nº 97/2001, de 26/03 e Portaria nº 358/2002 de 03/04, nomeadamente, funções numa das seguintes áreas funcionais: infra-estruturas tecnológicas e engenharia de software, conforme especificações no n.º 3 da Portaria referida.	Técnico Informática	Téc. Informática Grau 1 - Nível 1	3	0		3		3
Aos fiscais municipais, compete exercer as funções previstas no Despacho SEALOT nº20/94, publicado no Diário da Republica nº110 de 12 de Maio de 1994, nomeadamente, fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a área de ocupação da via pública., publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua actuação específica.	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Principal	1	0	0	1		1
Fiscal Municipal 2ª Classe		1	0	0	1		1	
Ao Fiscal de Leituras e Cobranças compete fazer cumprir os regulamentos, posturas, editais e demais normas em vigor no âmbito da sua competência defiscalização da leitura de contadores de consumos; informar e verificar o fundamento de reclamações dos consumidores; informar os serviços de factos anómalos; fazer relatórios da atividade da sua área.	Fiscal Municipal	Fiscal Leituras e Cobranças	1	0	0	1		1
TOTAL			310	11	16	321	1	338

Legenda:

RJEPTI: Relação Júrica de emprego público por tempo indeterminado

RJEPTD: Relação Júrica de emprego público por tempo determinado ou determinável

Observações:

a) Três técnicos superiores em comissão de serviço, como dirigente intermédio de 2º Grau e três técnicos superiores em comissão de serviço, como dirigente intermédio de 3º Grau.

b) Um lugar ocupado em mobilidade intercarreiras, um lugar ocupado em mobilidade na categoria entre organismos e um procedimento concursal a decorrer para preenchimento de um lugar de Técnico Superior de Medicina Veterinária

c) Um assistente técnico em mobilidade fora da CME; dois assistentes técnicos em comissão de serviço no GAEL; um assistente técnico em mobilidade na carreira de técnico superior.

d) Um assistentes operacional em Licença sem Vencimento.

MAPA RESUMO	Postos de trabalho		
	Preenchidos	A preencher	Total
CTFPTI	321	17	338
Comissão de serviço (Dirigentes)	7	0	7
Total Efetivos	314	17	331